

# SOCIEDADE URBANA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A NOVA GEOPOLÍTICA\*

Lia Osório Machado\*\*

Não é nenhum exagero afirmar que um dos mais importantes períodos na história das transformações científico-tecnológicas se iniciou em 1969, com a invenção dos *microchips*. A produção de dispositivos microeletrônicos para satélites de comunicação, calculadoras e, principalmente, para os computadores (microprocessadores) está modificando a estrutura social ao alterar os métodos de conseguir e usar a informação, e os meios de comunicação e de trabalho. Essas modificações estão apenas começando, porém, mesmo assim, constituem os novos parâmetros da acumulação capitalista, com grande potencial de impacto na geografia da produção e nos mecanismos de articulação entre escalas geográficas.

Esse é o contexto em que se propõe apresentar, de forma breve, e sem pretensão de aprofundar os tópicos, algumas observações e questões sobre planejamento/gestão urbana e inovações tecnológicas, concluindo-se com a hipótese de que uma nova geopolítica se esboça: a de colocar o local na rede internacional.

---

## O PLANEJAMENTO DA DIFERENÇA

---

A tendência atual é das mais desafiadoras para os profissionais interessados em interferir nas formas e estruturas urbanas. Somos testemunhas de uma profunda reorientação das estratégias de planejamento territorial em todas as escalas de implementação, desde o local até o nacional e o internacional. Nas políticas direcionadoras do planejamento urbano, em vez de políticas de desconcentração ordenada de população e emprego, característico das décadas anteriores e cujo exemplo paradigmático foram os programas voltados às cidades médias, há agora uma ênfase na regeneração, econômica e física, da cidade, principalmente das grandes cidades, no sentido de torná-las espaços habitáveis e habitados, desde que confirmada a tendência de seu progressivo esvaziamento e estagnação. O objetivo das estratégias de planejamento não seria tanto o controle e direciona-

\*Recebido para publicação em 30 de setembro de 1991.

Este texto é uma revisão da introdução ao debate dos trabalhos apresentados na Mesa Redonda "Tendências econômicas: Planejamento, Sociedade Urbana e Inovação Tecnológica", Seminário "Metropolização e Rede Urbana: perspectivas para os anos 90". IPPUR/ANPUR/CNPq, Rio, UFRJ, setembro 1990.

\*\*Professora-adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Pesquisadora do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

mento do crescimento urbano fora das metrópoles, fundamentado em idéias de "equilíbrio", mas sim a geração de novo crescimento urbano e metropolitano. Entre as novas estratégias estariam as promoções da "indústria cultural", a criação de um "clima ecológico", a estética arquitetônica urbana como signo do lugar, a integração dos movimentos sociais aos programas de melhoria de qualidade da vida.

O eixo central em torno do qual se articulam essas novas políticas apresenta uma dupla face: a afirmação da *positividade da grande cidade*, e o *planejamento da diferença*. Se a primeira busca se contrapor, ideologicamente, às políticas antiurbanas e antigrandes aglomerações, em voga nas décadas de 60 e 70, e caracterizada pela ênfase na preocupação de que a concentração de população pudesse constituir um perigo para a estabilidade política e econômica, a outra face dessas novas políticas enfatiza investimentos direcionados à preservação ou criação de uma "imagem de marca" (Breton, 1973; Miossec, 1977) da cidade, filtrada através dos meios de comunicação com precisos objetivos promocionais (Brusa, 1981). Uma imagem positiva, evidentemente, que possa funcionar como elemento diferenciador não só na esfera da produção - a atração de certos tipos de investimentos (*a cidade-máquina*), como na esfera do consumo - a "venda" de características únicas, ou seja, a cidade se converte, ela mesma, em *mercadoria*. Os arquitetos têm aí um importante papel, pois podem ativar o "princípio da diferença" na planificação urbana, na medida em que tanto o plano urbanístico como as edificações são, potencialmente, *signos* do lugar.

A modificação das concepções sobre a cidade, antes mesmo de ter sido formulada teoricamente, foi incorporada às estratégias de desenvolvimento urbano. Tenho em mente aqui as estratégias que estão sendo desenvolvidas por governos e grupos empresariais locais da Europa Ocidental na última década, onde, associada à promoção de investimentos, existe, por exemplo, uma nítida preocupação em recuperar a memória da cidade, suas paisagens urbanas antigas (centro histórico) e de época, ou festas populares tradicionais, para marcar a "individualidade" urbana e transformá-la em "valor de mercado". Há toda uma indústria cultural envolvida nessa estratégia, que integra também cidades não metropolitanas. Mas a imagem que se quer projetar, a partir de modificações concretas da

paisagem urbana, parte também de um ponto de vista prospectivo. Assim, o interesse em estimular a instalação nas grandes cidades de indústrias de alta tecnologia está direcionado não só à modificação de seu perfil industrial e à revitalização do mercado de propriedades urbanas, como também à difusão da imagem de um lugar em sintonia com o futuro.

## PLANEJAMENTO E O CONCEITO DE GESTÃO

A reestruturação das cidades, a modificação das estratégias de planejamento, além de uma mudança de ênfase nas escalas de intervenção, tendente a privilegiar o local em vez do regional, têm repercutido nas concepções de planejamento e no tipo de agência adequada para implementá-lo. Existe uma abertura no sentido de desenvolver agências pequenas capazes de uma resposta de tipo empresarial: algumas delas são do tipo tradicional, pertencentes ao setor governamental local; outras são agências independentes, receptoras de ajuda governamental; outras ainda, agências voluntárias.

Não deixa de ser uma manifestação das dificuldades e limites atuais do planejamento a súbita popularidade da noção de "gestão". Como arte e técnica de conduzir empresas e negócios, tem sido um termo bastante frequente em cursos de administração. Contudo, recentemente, surge como sinônimo ou derivado do planejamento, às vezes aplicado ao território. Para introduzir alguns dos problemas relativos às novas formas de produzir e representar o espaço (geográfico, social), vamos nos servir de duas propostas pioneiras feitas, recentemente, por geógrafos, no sentido de conceituar "gestão" e "gestão do território" (Becker, 1988; Corrêa, 1988).

A primeira delas considera a gestão como uma forma de controle, e a gestão do território como "prática estratégica, científico-tecnológica do poder no espaço", integrando "elementos de administração de empresa e elementos da governabilidade" (Becker, 1988); a segunda proposta considera a gestão como forma de assegurar a existência e reprodução do grupo social como um todo, e a gestão do território como uma manifestação de "controle da organização espacial", presente desde comunidades primitivas ("gestão da igualdade") até sociedades capitalistas ("gestão da diferença"), não sendo, portanto, exclusiva à modernidade.

dade", como postula a proposta anterior (Corrêa, 1988).

Em ambas as propostas aparece a palavra-chave "controle". "Controlar" tem um sentido bastante ambíguo. Pode ser empregado para significar algo de racional e positivo, desde a regulação ou teste de uma operação científica ou de uma máquina, até o poder de regular as organizações socioeconômicas e o próprio espaço concreto, para melhorar sua eficácia ou evitar situações potencialmente destrutivas. Precisamente nas organizações socioeconômicas-espaciais é que aparece também uma conotação *negativa*, essencialmente política, do ato de controlar, na medida em que identificado como ato de evitar transformações que ameacem a estrutura vigente de poder, ela mesma tomada como algo socialmente negativo.

Teríamos, assim, na primeira proposição (Becker, 1988), uma conotação de tipo negativo (uma estratégia e prática de poder), embora "temperada" pelo uso, ao mesmo tempo, das noções de governabilidade e administração, enquanto a segunda proposição (Corrêa, 1988) é de tipo positivo, ao enfatizar o aspecto organizacional. Tomadas em conjunto, portanto, ambas se complementam.

De saída, as duas propostas propõem o ato de controlar como uma necessidade (negativa ou positiva ou uma mescla de ambos) associada a um campo tão vasto de aplicação que o termo controle parece abarcar "todo" o social e o espacial, o que significaria, se fosse assim, a irrelevância da estratégia, no caso da primeira proposta, uma vez que a estratégia pressupõe a impossibilidade do controle total, tratando-se de determinar o que deve ser controlado em cada momento, e como harmonizar o "esperado" com o "aleatório". Quanto à proposta (Corrêa, 1988) de considerar a gestão como "forma de assegurar a existência e reprodução do grupo social como um todo", se poderia argumentar que, nesses termos, gestão seria sinônimo de organização social.

No caso da gestão do território, a primeira proposta (Becker, 1988) é direta e excludente, pois a gestão do território não seria qualquer prática espacial, e sim aquela prática ou estratégia que pudesse ser definida como "científico-tecnológica". É uma maneira de ver, audaciosa e prospectiva, só que levanta o problema de determinar qual a prática e estratégia do território que pode ser considerada como "científico-tecnológica", e nos leva à pergunta se só é possível essa forma de gestão

do território, na qual, supostamente, só participariam os detentores do "poder". A segunda proposta (Corrêa, 1988) tem a gestão do território como algo inerente às organizações socioespaciais, presente desde as comunidades primitivas, uma vez que definida como uma forma de manter a organização espacial em funcionamento. Aqui o problema é atribuir à gestão do território um sentido transistórico, o que dificulta a identificação do novo, ou seja, precisamente, do "histórico" na ação humana.

Supondo-se que existem eventos novos na produção e representação do espaço, e que tais eventos justificam distinguir o planejamento da gestão, teríamos as seguintes propostas para o encaminhamento da discussão:

a) planejamento e gestão são *formas* diferenciadas de intervenção, sendo o desejo de "controle" um dos objetivos, e não o único objetivo do ato de intervir: seguramente, não é o controle que poderá diferenciar planejamento e gestão, uma vez que compartilhado por ambos;

b) não é fortuita a coincidência de uma "crise" dos modelos dominantes de planejamento (do território, da empresa, etc.) e a súbita popularidade do termo "gestão" (da crise, da empresa, do território, etc.). Supondo-se que esteja ocorrendo na atualidade uma reestruturação socioeconômico-geográfico-política, algo de novo existe nas formas de produzir o espaço, como, por exemplo, a modificação do papel do estado, os acordos entre empresas e estado e de ambos com a força de trabalho, assim com a transformação dos meios técnicos de organização do espaço, como o aperfeiçoamento das práticas "científico-tecnológicas". O conjunto dessas transformações tem impacto sobre as formas de representação do espaço (e do território), varrendo muitos dos princípios sobre os quais se assenta o planejamento. Se existe alguma relação entre gestão e prática "científico-tecnológica", é no sentido inverso daquele apontado na primeira proposta: a gestão do território *não* é uma prática científico-tecnológica: é uma *conseqüência* de práticas científico-tecnológicas responsáveis pela alteração das formas de produção e representação do espaço. Sem precedentes no passado, a gestão do território não é transistórica;

c) a referência ao papel do "poder" sobre o território também dá margem para discussão. Se entendemos poder, por exemplo, como poder do estado, não é demais lembrar que o

estado compreende não só o estado-governo, mas também a sociedade civil, e que existe toda uma trama de relações, freqüentemente conflituosas, entre ambos os segmentos; e, na mesma linha, que o estado-governo, na época moderna, exerce poder através do executivo, do legislativo e do judiciário. Por outro lado, o poder de governo é exercido também através de uma hierarquia político-administrativa, com base territorial distinta (nacional, estadual, municipal, etc.), e campos do poder específicos. Da mesma forma, o poder entendido como “poder do capital” ou dos capitalistas, também não é monolítico, sendo o capital uma relação social, e não uma entidade que “faz isso ou aquilo”. Mesmo que de maneira precária e provisória, o que se pode afirmar, é que o território é “produzido” por uma teia de relações sociais, mais ou menos dinâmicas, responsável por práticas materiais e por práticas de domínio e controle que, no entanto, só se tornam operativas através do “consentimento ativo dos governados”, ou seja, não é um poder *sobre* os outros, na sua expressão mais primária, mas um poder exercido *com* os outros; se o território é um produto dessa teia complexa de relações sociais, alterações em um têm efeito sobre o outro, impedindo que se reduza a gestão do território ao exercício genérico do “poder”, ou que a relação entre território e poder seja considerada de forma unívoca e unidirecional;

d) a noção de gestão poderia integrar, desde logo, aspectos administrativos e de governabilidade (Becker, 1988), e o pressuposto genérico de que, nas sociedades capitalistas, trata-se da “gestão da diferença” (Corrêa, 1988), porém apresentaria, a nosso ver, duas diferenças fundamentais relativamente ao planejamento;

- a primeira é que o ato de intervir assume, explicitamente, caráter político e não somente técnico, como no planejamento: configura uma mediação entre o planejamento (governo) e a sociedade civil ao integrar a possibilidade de interação entre as partes envolvidas na administração da economia e do território; a necessidade desse tipo de instância ou mediação no ato de intervenção decorre, em grande medida, do “conflito latente entre a dinâmica de desenvolvimento da sociedade industrial e o desenvolvimento das potencialidades locais” (Mielnik, 1984, p.28);

- a segunda é uma diferença em relação à filosofia do planejamento, na medida em que

se aceite a possibilidade de que as *condições iniciais não permanecem iguais no decorrer do processo de intervenção*. Em vez de se trabalhar exclusivamente com um “grande desenho”, argumento teleológico que permeia as ciências sociais desde o Século XIX e que veio a constituir a raiz histórica do conceito de planejamento, a ação de intervir é concebida como *processo*, utilizando diversas formas de cooperação e de atividade de trabalho individual, assim como a autogestão e a auto-organização. Não se trata de elaborar questionários e quadros estatísticos para aferir desejos e escolher aqueles que legitimam a proposta inicial, mas de estabelecer discussões diretas com os setores sociais envolvidos, onde normas e ações são estabelecidas a partir de negociações (interação) entre as partes; inclui objetivos e funcionalidade potencial das propostas, mas sem suposição de conhecimento prévio dos resultados finais; ao contrário, a gestão está aberta à inovação, à criatividade e à *instabilidade* própria às situações onde ocorrem múltiplas interações e pluralidade de pontos de vista, podendo por isso mesmo conduzir a novos comportamentos. A intenção de controle está presente através de propósitos e utilidade funcional das propostas, mas não no sentido de uma trajetória predeterminada;

e) esse fato, por sua vez, nos induz a pensar que existe tanto um problema de *escala quanto de autoridade, ao se pretender estabelecer o limite entre gestão e planejamento quando nos referimos ao território*: é possível supor que a gestão do território, ao funcionar através do acordo e consenso, é mais exequível na escala local; isso poderia criar um certo vácuo de autoridade para compelir soluções e articular interesses territoriais diversos, o que manteria aberto o espaço do planejamento, só que agora mediado pela gestão; o gestor é o interlocutor e elemento integrador das discussões, estando investido de bem menos autoridade do que o antigo planejador;

f) nesse sentido, a gestão do território estaria dirigida mais ao *conteúdo* social do território que à sua estrutura física; e

g) é provável que a gestão (do território, urbana, da mão-de-obra, da empresa, etc.) se torna um conceito operativo no momento atual porque se percebe hoje que qualquer intento de criar modelos para atividades complexas (como, por exemplo, aquelas presentes no território) deve servir para facilitar a explicação das motivações da decisão (Prigogine, 1983);

em segundo lugar, porque o conceito de gestão implica o avanço de formas mais democráticas de representação (Gorbachov, 1987); finalmente, porque é mais um indicador da dificuldade crescente em “controlar” as variáveis econômicas e políticas do território num momento de alteração/crise dos mecanismos de regulação da Economia.

## O GOVERNO DO TERRITÓRIO

A sociedade urbana atual designa algo bem mais amplo do que os setores organizados de capital e trabalho. Está constituída por uma população crescente *não produtora de mais valia*, ou seja, marginalizada dos circuitos de acumulação, por isso mesmo sujeita ao sobre trabalho, e cada vez mais dependente de serviços assistenciais. A crise urbana, portanto, é também a expressão de uma falta de integração social e política das classes subalternas, manifestada sob dois aspectos: de um lado como desagregação social; de outro, como organização política antagonista. Tais formas de ausência de integração tendem a agravar a disfunção da cidade: a primeira contribuindo para piorar a vida urbana (violência) e degradando o tecido mesmo da cidade (formando *ghettos*); a segunda, fazendo surgir uma demanda crescente de reorganização urbana antagonista aos interesses do sistema (Indovina, 1981; Berry, 1985; Santos, 1988).

O processo de redefinição do sistema de decisões relativo aos governos locais, metropolitanos e regionais, constitui um momento fundamental das hipóteses de reforma do estado. *O governo do território* deixa de ser um momento setorial e secundário no âmbito do governo dos fatores de produção e tende a assumir funções de “governo executivo” no contexto da reconversão produtiva, principalmente aqueles relativos à reorganização das condições de fluidez do mercado de trabalho (Magnaghi). Trata-se de modificar as relações (em crise) entre estado e empresa na gestão do mercado de trabalho. Essa crise, com frequência referida como “crise urbana”, pode ser assumida como expressão da *crise política* derivada das bancarrotas locais do estado assistencial (*welfare State*), e da obsolescência crescente da capacidade autônoma da empresa de definir um comando econômico e político sobre a força de trabalho em relação

às exigências de reestruturação do modelo de acumulação.

As relações entre mercado de trabalho e o que se configura como um novo “modelo de acumulação” é um tema político tanto quanto econômico, pois a ênfase em tecnologias poupadoras de mão-de-obra acena com a possibilidade de expansão do desemprego. Essa é uma questão relevante para as cidades e fundamental para países, como o Brasil, com padrão de distribuição de renda altamente concentrador, marcado por privilégios de todo o tipo, onde os governos locais não primam pela racionalização administrativa e a democratização política.

## INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A NOVA GEOPOLÍTICA

Mutações técnico-econômicas extremamente velozes são características inegáveis da época atual. A introdução de novas tecnologias produz um espectro de efeitos amplos, cujo significado histórico particular é a criação de novas estruturas de relação espaço-tempo. Nesse novo contexto, a *velocidade* é o elemento essencial, capaz de alterar e se impor não só no aspecto técnico-produtivo como também na transformação das relações sociais e, portanto, da relações de poder. As novas técnicas de produção e a extensão da informatização a todos os setores de atividade estão se constituindo em condições essenciais para a acumulação capitalista. As inovações tecnológicas contemporâneas, não resta dúvida, estão revolucionando a vida social e produtiva em geral, o que não é surpreendente, tendo em vista que novas formas de divisão técnica, social e territorial do trabalho não podem mais do que ter conseqüências sociais e políticas.

Dentre as principais inovações, encontram-se: a possibilidade de difusão das redes territoriais de circulação e de comunicação, aumentando a velocidade e a quantidade dos fluxos de informação (aumento calculado em 14% anual, na escala internacional); a redução do volume e do tipo de matéria-prima (novos materiais), com conseqüente crise e transformação dos principais mercados de abastecimento de matérias-primas tradicionais; a informatização dos processos de produção industrial que aumenta a produtividade

das máquinas, eliminando muitas das operações manuais e modificando as qualidades desejáveis da mão-de-obra. Todas essas inovações estão articuladas com a organização dos complexos empresariais, ambas com incidência sobre a localização industrial.

A cidade (principalmente as grandes cidades) deixou de ser o lugar privilegiado de localização industrial, fato registrado, já faz algum tempo, nos chamados "países centrais". Nesses países, no entanto, se observa uma intensa competição entre núcleos urbanos no sentido de atrair para áreas próximas não qualquer indústria, e sim aquelas que produzem ou empregam tecnologia avançada. Para isso oferecem uma série de benefícios e vantagens, mas o objetivo não é só de aumentar a renda tributária, estimular o mercado imobiliário, e atrair uma nova camada de profissionais: as novas técnicas têm uma função de otimização de outras técnicas e atividades presentes no território.

O interesse pela instalação de "tecnocidades" (Japão), "tecnossistemas" (EUA), e "tecnoparques" (Europa) não significa, evidentemente, a eliminação da grande indústria, cujos produtos continuam tendo mercado, principalmente nos chamados países subdesenvolvidos, e até porque elas próprias estão integradas aos novos sistemas técnicos. Só que a "grande indústria" deixou de ser o setor-ponta das inovações técnicas, perdendo terreno, por conseguinte, como força motriz do desenvolvimento econômico.

Estariamos, portanto, diante de uma transformação do *espaço industrial*. Uma transformação que supõe a criação de redes especializadas, principalmente de redes de telecomunicação, a criação/atração de pessoal qualificado através de uma política cultural para enraizar a nova camada técnica, a manipulação de diversificação do mercado de trabalho (para qualquer tipo de atividade), a criação de condições políticas, como a aliança dos governos locais com os industriais, a atração de recursos públicos para a pesquisa, etc.

A transformação do espaço industrial a nível mundial levanta uma série de questões: qual é a relação das estratégias transnacionais das grandes firmas com território e as cidades? As grandes firmas têm um papel motor fundamental ou buscam o entorno urbano já existente? A estratégia das grandes firmas se diferencia de acordo com as *formações nacionais* ou existem condições de investimentos específicas,

segundo o setor econômico em que atuam? Que condições culturais criam o ambiente adequado para a transformação de tipo "tecnopolitano"? As indústrias de alta tecnologia tendem à polarização ou à difusão no território?

A multiplicação e a hierarquização de redes especializadas colocam outros tipos de questões - questões políticas -, que superam o equacionamento meramente econômico da transformação do espaço industrial. No passado, o controle dos nódulos e redes territoriais passava pelo domínio das malhas, elementos produtores por excelência. Atualmente, o domínio passa pela posse das redes, principalmente (mas não só) da rede de telecomunicações, através da qual a informação circula e integra outras redes - de produção, de difusão, e de decisão (Miossec, 1976; Raffestin, 1985). Através delas, o "curto-circuito" na articulação das escalas geográficas, ou seja, a relação direta entre os microespaços e as redes transnacionais, se torna um evento freqüente. *Uma nova geopolítica se esboça, no sentido de colocar o local na rede internacional.*

Significa que os nódulos, as cidades, perdem importância? Os contatos entre as redes se levam a cabo de maneira incompleta através da cidade, mas quem impõe sua lógica são as redes mais do que os nódulos. Significa que o território, principalmente contíguo às cidades, não tem o mesmo papel que no passado, uma situação que já se verifica quando a relevância do antigo feixe de relações estabelecido pela "cidade e sua região" é suplantada pela maior freqüência dos fluxos intermetropolitanos. No entanto, os nódulos, assim como as redes, não podem ser abstraídos do entorno. O território e a cidade ressurgem como fundamental no momento em que se reintegra o político: não só a expansão de redes supõe a multiplicação de canais de fluxos informativos que podem beneficiar alguns nódulos em detrimento de outros, como também a iniciativa e as dificuldades de colocar o local na rede internacional dependem do sistema produtivo, de arranjos políticos, e de outras tantas condições, geográficas e sociais, que permitam aos poderes locais gerenciar e manipular, em suas negociações com o "externo", o cada vez mais conflituoso compromisso entre a geografia da produção e a geografia da mais valia (Sanchez, 1987; Sanchez, 1991).

O Território Nacional também deve ser reavaliado relativamente às inovações tecnológicas, na medida em que constitui, na história contemporânea, um dos fundamentos jurídicos do estado. O desenvolvimento tecnológico não pode ser considerado, neste momento, como um fator de homogeneização mundial que torna obsoleta a forma estado-nação. Esse ponto de vista ignora, pelo menos, três aspectos relevantes: (i) o estado dá garantia jurídica o direito de propriedade, seja de terras, capitais, patentes, ou informações; (ii) a distinção entre estados produtores e estados consumidores-compradores de tecnologia; (iii) as inovações e exigências tecnológicas, ao revolucionar a vida social e produtiva em geral, incidem diretamente sobre o mercado do trabalho e, portanto, sobre a necessidade do "governo do território".

A formação nas últimas décadas, do que parece ser um novo modo de produzir, não é um, processo homogêneo. O *tempo* favorável de certos pontos relativamente à adoção de novas tecnologias é produto de políticas manejadas por estados e não por corporações transnacionais elevadas à categoria de força autônoma, fato que parece estar sendo ofuscado por referências constantes a termos tais como mundial, transnacional, multinacional, etc.

A questão principal não é como anular o espaço pelo tempo, em obediência às imposições da estrutura produtiva dominante. A questão é a velocidade com que se consegue realizar e manter as condições de passagem aos novos modos de produzir. Que esse tipo de transformação não se dá de forma contínua no espaço nem sincrônica no tempo parece ser um aspecto estrutural (de longa duração) do desenvolvimento da formação capitalista mundial. O particular ao momento é a velocidade imposta (e que se impõe) a essa transformação, e que esse movimento ou processo pode resultar não só das trajetórias de grupos de variáveis espaciais de um lugar, mas também da contínua e sucessiva divisão do espaço em parcelas e segmentos, "ilhas" produtoras e/ou utilizadoras de novas tecnologias. O tempo-velocidade em que um território (e não outro) possa estabelecer essas novas condições (uma vantagem de curta-duração) representa um ganho econômico (diferença de produtividade) e adquire um conteúdo político e estratégico considerável ao permitir perda/ganho/manutenção de posições de poder, internamente aos estados de cada estado nas relações internacionais. Nesse sentido, *o tempo do espaço se delinea com uma nova dimensão estratégica* (Machado, 1986).

## BIBLIOGRAFIA

- BECKER, B. Elementos para construção de um conceito sobre Gestão do Território. In: LAJET: textos n. 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 1988. p. 1-5.
- BERNARDY-BOISGONTIER, Les technopôles dans la Tecnopole: effts d'entente cordiale. In: COLLOQUE International: nouvelle industrialisation, nouvelle urbanisation: villes et technopôles. Toulouse: Centre Nationale de Recherche Scientifique: Université de Toulouse, Le Mirail, 1987. p. 1-25.
- BERRY, B., SANDERSON, S. Abnormalities in urban America, In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE GRANDES CIUDADES, 1985, Barcelona. [Anales ...] Barcelona: Int. Social Science Council: Corporación Metropolitana de Barcelona, 1985. 15 p.
- BRETON, J. L'image de marque de la Normandie, d'après une enquête récente. In: L'ESPACE vécu. Caen: Institut de Sciences de 1<sup>a</sup> Terre et Aménagement Regional, 1973.
- BRUSA, C. La geografia della percezione: per una migliore conoscenza della realtà regionale. *Bolletino Società Geografica Italiana*, n. 10, p. 575-580, 1981.
- CORRÊA, R. L. Gestão do território: reflexões iniciais. In: LAJET: textos n. 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 1988. p. 7-10.
- GORBACHOV, M. *Tareas del partido en la reforma radical de la administración económica*. Moscou, 1987.
- INDOVINA, F. Elogio de la crisis urbana. In: CECCARELI, (Org.) *La crisis del gobierno urbano*. p. 19-59.
- MACHADO, L. A Amazônia brasileira como exemplo de uma combinação geoestratégica e cronoestratégica. In: COLLOQUE sur la geographie de la guerre et la paix. Paris: Université de Paris, 1986.

- MAGNAGHI, A. *El gobierno del territorio un laboratorio para el pacto social*. [S.l.: s.n., 19\_\_]. 34 p. Mimeo. Tradução livre de original italiano.
- MIELNIK, O. *Fatores de ligação entre energia e sociedade*. [S.l.: s.n.], 1984. 36 p. (Programa de Implantação do Modelo Energético Brasileiro. Monografia PIMED)
- MIOSSEC, J.M. Espace et pouvoir: la localisation des forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique. *L'Espace Geographique*, Paris, v. 3, p. 165-175, 1976.
- \_\_\_\_\_. Un modèle de l'espace touristique. *L'Espace Geographique*, Paris, p. 41-48, 1977.
- PRIGOGINE, I. La lectura de lo complejo. In: \_\_\_\_\_. *Tan solo una ilusión: una exploración del caos al orden*. Barcelona, 1983. p. 45-63.
- RAFFESTIN, C. Marxismo y geografía política. In: GARCIA BALLESTEROS, A. (Org.). *Geografía y marxismo*. Madrid [s.n.], 1985. p. 279-297.
- SANCHES, J.E. *Espacio, economía y sociedad*. Madrid, 1991.
- \_\_\_\_\_. Excedente y guerra en una perspectiva geográfica. *Bria*, p. 139-147, 1987.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo [s.n.], 1988.

## RESUMO

Este trabalho propõe alguns pontos de balizamento para o debate das relações entre as mudanças verificadas na sociedade urbana e o processo de planejamento/gestão do território, e argumenta as inovações tecnológicas estão alterando as relações entre os microespaços e as redes transnacionais, gerando uma geopolítica que pode ser concebida agora a partir dos lugares.

Inicialmente se reconhece que os avanços da microeletrônica têm potencial para alterar os métodos de produção e uso da informação, os meios de comunicação e a organização do trabalho, com impacto potencial sobre a geografia da produção e sobre os mecanismos de articulação entre escalas geográficas.

No que se refere às sociedades urbanas, enfatiza: a) as novas políticas urbanas que afirmam a positividade da grande cidade e a transformação da cidade, ela mesma, em mercadoria, o que incentiva políticas de "imagem de marca" que revitalizam diferenças culturais como uma estratégia de superação de um urbanismo pouco imaginativo; b) o aparecimento de uma população urbana não produtora de mais valia, marginalizada dos circuitos de acumulação porém grande consumidora de serviços assistenciais, criando a necessidade de modificar as relações entre estado e empresa para a gestão do mercado de trabalho e reforçando a necessidade do governo do território.

A gestão ou governo do território é entendido como processo político que legitima a negociação/interação entre as partes envolvidas na administração da economia e do território, diferenciando-se do planejamento pelo estímulo às inovações e criatividade e pela possibilidade de adaptação à instabilidade decorrente da pluralidade de pontos de vista inerentes ao tecido social.

Finalmente, assinada a transformação do espaço industrial diante das modificações introduzidas pelas inovações tecnológicas, principalmente aquelas referentes às redes de telecomunicações. Tais redes permitem o "curto-circuito" na articulação das escalas geográficas, ou seja, a relação direta entre os microespaços e as redes transnacionais, esboçando-se uma nova geopolítica que atua no sentido de colocar o local na rede internacional.

## ABSTRACT

This paper proposes some markers for the debate on the relationship between changes observed in urban societies and the process of planning and management of territories, arguing that technological innovations can alter the relation of microspaces with transnational networks, pointing towards a new form of geopolitics now possible to be conceived from places.

Technological changes such as those brought about by microelectronics are altering methods of production and use of information, redesigning the geography of production and the socio-political mechanisms that link geographical scales. In this new context, urban policies tend to revitalize cultural differences perceived in a global scale as an economic strategy, developing an "image" of the city that turns the city itself into an item to be merchandised asserting its place in a network of world cities. This strategy is encumbered however by a growing urban population that does not produce surplus value, a population that is marginal to accumulation circuits but with a evergrowing consumption of social services. This strained situation points towards the need to change existing channels of negotiation between the State and private firms for the management of labour, reinforcing also the need for territorial government.

Government or management of territories is here understood as a political process that may legitimate interaction and negotiation among social agents with conflicting interests but that nevertheless partake in some manner of its destiny.

Communications networks are permitting the formation of "short circuits" in the articulation of geographical scales, that is, the direct connection of microspaces with transnational networks, outlining a new geopolitics directed towards positioning places in such networks.